



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



**PARECER JURÍDICO: 1557/2023.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 263/2023**

**INEXIGIBILIDADE Nº 98/2023**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER,  
CULTURA E TURISMO**

**CONTRATAÇÃO DO CANTOR JONAS VILAR  
PARA APRESENTAÇÃO NO AVIVA SARZEDO  
QUE SERÁ REALIZADO EM 02 DE SETEMBRO  
DE 2023**

**I. RELATÓRIO:**

Submete-se ao exame desta Procuradoria, procedimento de contratação, oriundo da Secretaria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo para análise e emissão de parecer jurídico.

Verifica-se da documentação acostada, tratar-se de consulta quanto à legalidade de contratação direta, via inexigibilidade de licitação, de show do cantor Jonas Vilar para apresentação no AVIVA SARZEDO que será realizado em 02 de setembro de 2023.

Os autos estão instruídos com os seguintes documentos: Solicitação nº 13088/2023 enviada pelo Secretário Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo; Autorização para a contratação emitida pelo Chefe do Executivo Municipal; Indicação de dotação Orçamentária; Termo de Referência, juntamente com a justificativa da contratação do cantor JONAS VILAR E BANDA; Proposta comercial e Portaria nº 353/2023 – Nomeação de Comissão Especial de Licitação e cadastro de fornecedores.

Ressalta-se que foram juntados aos autos a comprovação de representação exclusiva do cantor por Gislaíne Rosa Silva Alves.

Juntado aos autos, também, documentos referentes a habilitação da empresa contratada, bem como as certidões de regularidade fiscal, trabalhista, e certidão negativa de falência e concordata.

O preço proposto está em conformidade com o preço praticado pelo cantor no mercado, comprovado através de apresentação de notas fiscais emitidas anteriormente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



Por fim, evidencia-se a comprovação de consagração por parte da crítica especializada.

É o breve relatório.

## II. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A *priori*, cumpre destacar que a presente análise será realizada sob a ótica jurídica do procedimento trazido a exame, não cabendo a esta Procuradoria mensurar aspectos técnicos e econômicos da demanda, assim como os relativos à discricionariedade administrativa.

A Constituição da República, no capítulo concernente à Administração Pública, em seu art. 37 trouxe para o ordenamento jurídico constitucional, premissas básicas norteadoras da atividade pública, dentre elas os princípios que devem ser observados por todos os entes federativos, quais sejam, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Em consonância com os princípios constitucionais e com o intuito de propiciar o melhor atendimento ao interesse público, o legislador constituinte permitiu a participação da iniciativa privada na Administração Pública, de forma a garantir a eficiência consagrada no texto constitucional, no inciso XXI do art. 37 da CR/88 através do instituto das licitações, vejamos:

*Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:*

*(...)*

*XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



*econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Verifica-se pela leitura do texto constitucional, que embora a licitação seja a regra geral quando o Poder Público necessita contratar com a iniciativa privada, existem exceções, nos casos elencados na lei regulamentadora das licitações.

A Lei nº 8.666/93, dispõe em seu art. 25, inciso III que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial nos casos de:

**III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica ou pela opinião pública.**

A contratação de artistas pelo poder público é regida pelas normas gerais de licitação, consubstanciadas principalmente na Lei nº 8.666/93. A natural subjetividade relativa às artes torna complexa a comparação objetiva que caracteriza o processo licitatório.

Marçal Justen Filho ao explicar a matéria, assim se posiciona:

"A atividade artística consiste em uma emanção direta de personalidade e da criatividade humanas."

Assim, quando a necessidade municipal se relacionar aos préstimos de um artista não haverá critério objetivo de julgamento, restando inviável a seleção por procedimento licitatório.

A Lei de Licitações foi clara ao identificar a inviabilidade de licitação "para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou opinião pública" (artigo 25, inciso III). Além disso, os processos relativos às situações de inexigibilidade, necessariamente justificadas, deverão ser instruídos com a razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço (artigo 26, *caput* e parágrafo único).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



A inexigibilidade decorre, da falta de pluralidade de alternativas, impossibilidade de comparação objetiva entre as alternativas porventura existentes e da inexistência de mercado concorrencial relativo ao objeto do futuro contrato.

No que diz respeito à contratação do cantor JONAS VILAR E BANDA, a inviabilidade de competição inicialmente decorre de sua consagração pela crítica especializada, requisito que contém grande margem de subjetividade.

Nas palavras de Diógenes Gasparini:

Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional.

Em momento subsequente, a inexigibilidade passa a repousar também na representação direta ou por empresário exclusivo do profissional do setor artístico, em razão da contradição lógica entre "exclusividade" e "possibilidade de competição". No caso em tela, o cantor é representado com exclusividade pela empresa Gislaine Rosa Silva Alves, nos termos do contrato de exclusividade juntado aos autos.

No que concerne à documentação relativa à habilitação jurídica e fiscal, constata-se que a empresa GISLAINE ROSA SILVA ALVES apresentou a documentação necessária a comprovar atendimento aos ditames legais contidos nos 28 e 29, da Lei nº 8.666/93.

Quanto a justificativa do preço, registre-se a juntada de notas fiscais a comprovar que os valores praticados pelo artista estão compatíveis ao proposto em proposta comercial anexa aos autos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



**III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui-se que a contratação do cantor JONAS VILAR E BANDA por inexigibilidade de licitação, reveste-se dos pressupostos legais, podendo ser homologada, caso seja esta a decisão da Autoridade Superior.

O presente parecer foi elaborado exclusivamente, com base nas informações contidas nos documentos elencados nos autos, cujo teor é de responsabilidade do respectivo informante.

É o parecer, s.m.j.

Sarzedo/MG, 18 de agosto de 2023.

*Dr. Marco Túlio Batista Salomão  
Procurador Geral do Município  
de Sarzedo  
OAB/MG 134.482*

**Dr. Marco Túlio Batista Salomão**  
**Procurador Geral do Município**  
**OAB/MG 134.482**